

HORIZONTE POLÍTICO E CARÊNCIAS ESTRATÉGICAS ¹



Ricardo Vélez Rodríguez

Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor Emérito da ECEME (Rio de Janeiro). Docente da Universidade Positivo, Londrina.

rive2001@gmail.com

O Brasil enfrenta tempos de mudança. Não de um regime autoritário para um democrático. Mas de aperfeiçoamento da nossa Democracia Representativa. A Sociedade brasileira anda insatisfeita com as instituições. A representação não funciona. O Executivo se perdeu no terreno do compadrio e das soluções "meia-sola", embora, com Temer, tivesse sido iniciada uma boa tarefa reformista para reabilitar a economia, seriamente abalada com as pedaladas da Dilma e o descalabro moral do PT. O Legislativo funciona, mas mergulha no ensimesmamento da “política alimentar” (segundo dizia Oliveira Vianna). E o Judiciário não está imune às práticas não-republicanas e à tentação do purismo que, pelas mãos de alguns jovens afoitos do Ministério Público, enxota a política como algo "sujo" que deve ser substituído por conselhos técnicos (a velha tentação positivista que, pretendendo regenerar a democracia, acaba com ela, pelo caminho da "ditadura científica").

¹ Publicado no jornal **O Estado de São Paulo**, edição de 20-06-2018, p. A2.

Sejamos, contudo, otimistas. Não com aquele otimismo irritante dos que vêm flores em tudo. Os tempos são de aridez e de busca de saídas. Mas, contempladas as coisas do ângulo aristotélico da "política possível", não pelo viés platônico da "política ideal", as coisas não são tão ruins. A dúvida de momento é quem escolher entre os candidatos. Temos opções interessantes, excluídas as propostas radicais. Aparece, nas pesquisas, um crescente e jovem movimento liberal-conservador, cansado com as trapalhadas dos partidos de esquerda, que ocuparam a cena nos últimos anos. E, entre as opções de centro, aparecem figuras novas. As coisas começarão a ganhar contornos mais definidos ao longo dos próximos meses, com a campanha já em andamento. Haverá oportunidade para escutar as propostas dos candidatos e analisá-las. Há bons candidatos para a Presidência, entre figuras já conhecidas e candidatos novos. Há a presença de jovens entre os candidatos, arregimentados ao redor de novos Partidos. Há candidatos novos para os cargos legislativos. Como achar que tudo está perdido? Muito pelo contrário, as coisas podem dar certo! Haverá renovação. Não contamos com a melhor das legislações possíveis em matéria eleitoral, mas as normas vigentes são, sem dúvida, melhores do que em pleitos passados. A lei da ficha limpa pegou. O eleitorado está muito sensível à corrupção e procurará, decerto, ficar longe dela.

A sociedade brasileira comprou a luta da Operação Lava-Jato. A Magistratura funciona, é certo que não com a velocidade que gostaríamos. Como seria bom se o mais alto tribunal, o STF, fizesse um esforço para escoar a pauta de combate aos corruptos, deixando para trás as firulas retóricas e as vaidades que tanto atrapalham. Mas, em geral, a máquina do Judiciário funciona a contento e a

sociedade apoia majoritariamente as suas decisões. O messias da corrupta solução estatizante está na cadeia, pagando pelos seus crimes. Ele foi julgado sendo preservadas todas as instâncias legais. Houve barulho da militância. Mas o condenado foi preso e o mundo não acabou.

Carece o Brasil de uma organização técnica que auxilie os poderes constituídos com análises estratégicas de longa duração. Ficamos presos ao imediatismo. Não contamos com Centros de Estudos Estratégicos, diferentemente do que acontece em países que saíram do ensimesmamento para atingir posições de destaque na política mundial. Estados Unidos, China, Canadá, Rússia, França, Inglaterra, Alemanha, etc. possuem esse tipo de Centros. Só na China contam-se, hoje, aproximadamente 1.400. Não que o Brasil careça de intelectuais e técnicos capazes de prestar serviço em tal tipo de centros. Mas, com a volta da democracia, foram fechadas as instituições de análise estratégica que havia, como parte do "entulho autoritário".

Faz falta, no Brasil, a presença de Centros de Pesquisa Estratégica que estudem as prioridades do país em matéria previdenciária, energética, de saúde, de logística, de defesa. Na logística, o Brasil fez uma opção errada quando desativou as ferrovias e apostou as cartas na modalidade rodoviária. Não temos navegação de cabotagem num país com o maior litoral do Planeta. Já houve esse tipo de transporte, mas foi abandonado com a República Velha. Getúlio, com o seu cacoete estatizante, acabou com o transporte ferroviário e com a opção da navegação de cabotagem ao encampar as empresas. A greve dos caminhoneiros revelou que ficamos reféns de uma única modalidade de transporte de cargas, a mais cara de todas.

De outro lado, os organismos encarregados de desenvolver trabalhos de inteligência, ou foram fechados ou apenas organizados de maneira precária. As polícias não contam com centros de inteligência. Um exemplo: no Estado do Rio de Janeiro, que enfrenta uma guerra contra o crime organizado, a secretaria de Segurança Pública não aplicou recursos para a organização e manutenção de um centro de inteligência que possibilitasse às forças da ordem seguir em tempo real os movimentos e as decisões dos meliantes. As coisas começaram a mudar com a intervenção das Forças Armadas, mais por conta do trabalho de inteligência do Exército.

Outro aspecto positivo: as nossas Forças Armadas cumprem com eficiência a sua missão constitucional e, quando chamadas, realizam com sucesso as suas missões de manutenção da lei e da ordem. Já são passados os tempos em que poderia se temer uma intervenção dos quartéis na vida política nacional, embora apelos de alguns segmentos da sociedade não faltem. Os militares mudaram a sua cabeça, prepararam-se ao longo dos últimos trinta anos para ocupar o seu lugar num Brasil democrático e não abrem mão dessa posição.